

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO**  
**ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

**FLORESTA E AGRICULTURA NO BRASIL NO SÉCULO XXI**

*Francisco Bendito da Costa Barbosa*

**Sócio Fundador – IPADES**

Por sua extensão florestal, biodiversidade e pujança no agronegócio, o Brasil terá cada vez mais um papel de destaque na agenda mundial do meio ambiente e da segurança alimentar. Sob este aspecto e com esta responsabilidade, o país comparecerá à 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 24/UNFCCC, na sigla em inglês) a ser realizada em na cidade de Katowice, Polônia, de 2 a 16 de dezembro de 2018., com o documento *“Visão2030-2050: O Futuro das Florestas e da Agricultura no Brasil”*.

O documento é resultado da articulação de mais de duzentas pessoas de 150 instituições, que, por meio da Coalizão Brasil se reuniram para debater o futuro das florestas e da agricultura no país, em cerca de 30 reuniões durante o ano de 2018. Essas pessoas são representantes do agronegócio, de entidades de defesa do meio ambiente, do setor financeiro, universidades e institutos de pesquisa, que identificaram objetivos em comum e desenharam o cenário sonhado por eles para 2030 e 2050.

Boa parte do futuro projetado pela Coalizão Brasil está embasada ou em andamento. Segundo esse grupo, *“eles têm que agir para efetivar o que ainda são projetos, fazendo com que essas experiências se tornem práticas predominantes, ou seja, criar um plano de ação para tornar o nosso sonho realidade”*. A ação desse grupo é muito oportuna porque a produção agropecuária aliada a preservação ambiental é uma importante demanda do século XXI, e o Brasil um grande protagonista.

O Brasil como um dos grandes players do agronegócio mundial tem papel de destaque nas ações de combate às mudanças climáticas. Atualmente, a agropecuária é uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no país. Em

206, a quantidade emitida alcançou 499 milhões de toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub>, representando 22% das emissões nacionais.

No entanto, por meio do uso mais sustentável do solo, o setor pode se tornar parte importante da solução, de modo a contribuir não apenas para reduzir as emissões. Mas também para capturar carbono da atmosfera pela fotossíntese dos cultivos, pastos, reflorestamento, e até armazená-lo no solo via sistema radicular das plantas.

Essa grande capacidade natural da agropecuária tem a seu favor cerca de 178 milhões de hectares de pastagens degradadas ou em degradação que devem ser recuperadas ou integradas em sistemas de produção sustentáveis, viabilizando sua intensificação. Com isto ocorrerá o aumento da produtividade do setor sem a demanda por novas áreas de floresta.

Esses conceitos, tecnologias e sistemas de produção precisam ser levados à agricultura familiar, visto sua importância em 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. Os principais desafios para que a agricultura familiar esteja alinhada com o financiamento da Agricultura de Baixo Carbono (PLANO ABC) são: assistência técnica e extensão rural, logística, infraestrutura social. Mas, também é importante que as gestões municipais priorizem a economia do município, rompendo com uma tradição quase que cultural, de que o problema desses municípios se restringe à educação e a saúde. Para a grande maioria desses gestores, a economia é resolvida com os repasses financeiros das políticas sociais: aposentadoria e bolsa família, que injetam dinheiro no comércio e serviços.

Outros dois aspectos importantes, mas que se encontram relegado, e que contam do Código Florestal aprovado em 2012 são a regularização ambiental e o pagamento por serviços ambientais. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) correu rápido com mais de 80% das propriedades rurais já cadastradas, constituindo-se numa das principais bases de dados sobre propriedades privadas do mundo.

No entanto, não tem havido avanço nas etapas seguintes, que consistem na validação dos cadastros pelos Estados, e a elaboração dos planos de regularização. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e a Cota de Reserva Ambiental (CRA), também precisam sair do papel, pois têm muito a contribuir como incentivos à preservação ambiental e uma forma de remunerar os proprietários rurais por esse serviço que é um bem público.

Mesmo sem a prática dos incentivos aos produtores rurais pela preservação ambiental em suas propriedades, o Brasil tem enorme patrimônio ambiental, e o passado recente do país demonstra que unir a preservação ambiental e a agropecuária é possível. Entre 2004 e 2012, o país conseguiu reduzir drasticamente as suas taxas de desmatamento ao mesmo tempo em que aumentou sua produção agropecuária.

A melhoria desse ambiente de preservação e produção convergindo precisa haver uma agenda de Estado consistente com políticas públicas que caminhem na direção dessa convergência com atuação integrada e alinhada às áreas de clima, floresta e agricultura, como exemplo tem-se a integração Lavoura-Pecuária-Floresta, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio.

Segundo dados de 2018 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o setor florestal nacional é responsável por 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 7,3% das exportações do país, com geração de 7 milhões de empregos. Quando ampliada essa avaliação para o setor de restauração e reflorestamento, há o potencial de consolidação de uma indústria de produção e recuperação florestal moderna, com a criação de 215 mil empregos e arrecadação de R\$ 6,5 bilhões em impostos, com investimentos anuais de até R\$ 3,7 bilhões até 2030 e a remoção de até 3,22 Gt CO<sub>2</sub> (bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub>/ano).

O desmatamento no Brasil, em grande parte vem de atividades ilegais, mas há também, na legalidade, a falta de uma consciência ambiental, e mais que isso, que o país possuiu uma enorme área antropizada e de pastagem degradada que precisam ser incorporadas ao processo produtivo. Por outro lado, é preciso que se criem incentivos para estimular os produtores a manterem áreas de floresta em suas propriedades. Nesse sentido, mecanismos econômicos de compensação devem ser aprimorados via políticas públicas abrangentes, nacionais e subnacionais.

O Brasil é o sétimo maior emissor de GEE do mundo. O país precisa demonstrar sua capacidade de promover um desenvolvimento sem comprometer as seguranças climáticas e alimentar do Planeta. Esse é o compromisso do Brasil com a humanidade neste século XXI.

Para isso, o uso racional do solo deve estar no centro dos debates sobre desenvolvimento nacional, precisando ter clareza sobre onde e como quer chegar. Sonha-se estar em 2050, em um Brasil que seja capaz de produzir mais e melhor, criar valo às florestas naturais e plantadas, acabar com o desmatamento, viabilizar

políticas públicas e construir instrumentos econômicos alinhados e integrados a realização desse sonho.

Não é uma tarefa apenas dos produtores, mas da conscientização da sociedade de que o Brasil tem um lugar especial no mundo em relação à preservação ambiental e a segurança alimentar. Portanto, sua vocação natural é produzir, conservar, e com isso, gerar prosperidade econômica, ambiental e social para sua população. Tudo isso se consegue buscando a preservação e a produção em bases racionais. O conhecimento empírico e o voluntarismo econômico ou político que prevaleceu até a segunda metade do século passado não deve mais ser utilizado.